



**PODER JUDICIÁRIO**  
**Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco**  
**Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes**

146

Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento nº 0003455-37.2014.17.0000  
(0332158-4) Igarassu (1ª Vara Cível)

Recorrentes: Ilsa Flores do Nascimento Lins e outro

Recorrido: Justiça Pública

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

**EMENTA. RECURSO DE AGRAVO CONTRA DECISÃO TERMINATIVA MONOCRÁTICA PROFERIDA EM SEDE DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA. PRODUÇÃO DE PROVAS NA FASE INSTRUTÓRIA. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO. NECESSIDADE. JUIZ: DESTINATÁRIO DAS PROVAS. a) A aferição da necessidade ou não da produção de tal prova cabe ao juiz, na formação do seu convencimento; b) Na própria audiência, após a tentativa de conciliação, o Juiz poderá, se for o caso, dispensar a produção de provas.**

## **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a **QUINTA CÂMARA CÍVEL** do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **POR UNANIMIDADE DE VOTOS**, em **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso interposto, na conformidade do incluso voto, que passa a integrar este julgado.

Recife, 28 de maio de 2014.

  
Des. Jovaldo Nunes Gomes  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco**  
**Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes**

147

Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento nº 0003455-37.2014.17.0000  
(0332158-4) Igarassu (1ª Vara Cível)

Recorrentes: Ilsa Flores do Nascimento Lins e outro

Recorrido: Justiça Pública

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

## **RELATÓRIO**

Decisão recorrida às fls. 118/119.

No primeiro grau tramita uma *Ação de Adjudicação Compulsória* proposta por **Ilsa Flores do Nascimento Lins e Evandro Leonel do Nascimento Lins** contra o **Espólio de Matias Manoel da Silva**, na qual o Juiz proferiu decisão interlocutória que, saneando o processo, designou audiência de instrução e julgamento nos seguintes termos:

"Designo a audiência de instrução e julgamento para o dia 03 de julho de 2014, pelas 11 horas. Intimem-se os autores para comparecerem a audiência a fim de prestarem depoimentos, na forma prevista no art. 342 do CPC. Intimem-se os autores, através do advogado, para no prazo do art. 407 do CPC, apresentem o rol de testemunhas."

Contra essa decisão, os autores interpuseram agravo de instrumento, ao qual neguei seguimento através da terminativa de fls. 118/119, mantendo a decisão originária.

Contra essa terminativa, os autores/agravantes interpuseram o presente agravo, pretendendo a reforma da decisão monocrática para que seja dado provimento ao seu recurso (fls.127/132), para que o feito seja julgado antecipadamente, uma vez que, no seu entender, não há necessidade de produção de prova em audiência.

Não convencido de mudança no entendimento anteriormente esposado, submeto o feito à Colenda 5ª Câmara Cível.

É o relatório.

Recife, 28 de maio de 2014.

  
Des. Jovaldo Nunes Gomes  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco**  
**Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes**

148

Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento nº 0003455-37.2014.17.0000  
(0332158-4) Igarassu (1ª Vara Cível)

Recorrentes: Ilsa Flores do Nascimento Lins e outro

Recorrido: Justiça Pública

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

## **VOTO**

Não convencido de mudança no entendimento anteriormente esposado, submeto o feito à Colenda 5ª Câmara Cível.

Na parte que interessa, a decisão agravada está vazada nos seguintes termos (fls.118/119):

"[...]A decisão agravada determinou a designação de audiência para produção de provas e o fez atendendo pedido formulado na inicial da ação de adjudicação, quando, então, a parte autora, ora agravante, protestou pela produção de prova, inclusive depoimento pessoal da requerente, juntada de documentos, oitiva de testemunhas, etc. (fl. 16). Ora, o Juiz nada mais fez do que atender ao pedido da agravante. Por outro lado, pode a agravante, se assim entender, dispensar a produção de prova, no entanto isso não tira o direito-dever do magistrado de colher a prova que achar necessário para a formação do seu convencimento. Esse é, pois, o entendimento da jurisprudência: "AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL APÓS AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO. POSSIBILIDADE. 1. Sendo o juiz o destinatário da prova, cabe a ele, com base em seu livre convencimento, avaliar a necessidade desta, podendo determinar a sua produção até mesmo de ofício, conforme prevê o art. 130 do Código de Processo Civil. 2. Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg no Ag 1114441/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 16/12/2010, DJe 04/02/2011) As Cortes Estaduais têm julgados neste entendimento: "RESPONSABILIDADE CIVIL. DANO MORAL. MATÉRIA DE FATO E DE DIREITO. PRODUÇÃO DE PROVAS NA FASE INSTRUTÓRIA. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO. NECESSIDADE. JUIZ: DESTINATÁRIO DAS PROVAS. Caso em que a parte ré solicitou ao Juízo a realização de audiência para coleta do depoimento pessoal da parte contrária. A aferição da necessidade ou não da produção de tal prova cabe ao juiz, na formação do seu convencimento. Mantida a solenidade aprazada. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO. DECISÃO MONOCRÁTICA." (Agravo de Instrumento Nº 70059214684, Décima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Alberto Schreiner Pestana, Julgado em 04/04/2014) (TJ-RS - AI: 70059214684 RS, Relator: Jorge Alberto Schreiner Pestana, Data de Julgamento: 04/04/2014, Décima Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 14/04/2014) "AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO Designação Pretensão de que seja reformada a r. decisão agravada, que determinou a realização de audiência de instrução e julgamento Descabimento Hipótese em que a designação da audiência de instrução e julgamento é necessária para a formação do convencimento do julgador de primeiro grau Juiz que é o destinatário das provas, a quem cabe avaliar a necessidade da sua produção - RECURSO DESPROVIDO." (TJ-SP - AI: 3025302120118260000 SP



**PODER JUDICIÁRIO**  
**Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco**  
**Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes**

149

0302530-21.2011.8.26.0000, Relator: Ana de Lourdes Coutinho Silva, Data de Julgamento: 29/02/2012, 13ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 04/03/2012) Com efeito, não há que se falar em desnecessidade de produção de prova, pois, "Como é o juiz o destinatário da prova é ele quem determinará a realização da 'fase instrutória' porque é ele, em última análise, quem entende ser, ou não, possível o 'julgamento antecipado da lide'" (cf. Cassio Scarpinella Bueno, "Curso Sistematizado de Direito Processual Civil", vol. 2, tomo I, Saraiva, p. 235). Logo não merece reforma a decisão agravada. Ante o exposto, estando o presente agravo em consonância com a Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, **NEGO-LHE SEGUIMENTO**, o que faço com arrimo no art. 557, caput do Código de Processo Civil, c/c o art. 74, VIII, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Após o transito em julgado da presente decisão, archive-se".

Não observo no referido recurso, qualquer argumentação nova que enseje modificação no posicionamento adotado na decisão agravada, posto que, como visto, encontra-se em sintonia com o entendimento desta Corte e dos Tribunais Superiores.

Ante o exposto, voto no sentido de **negar provimento** ao recurso.

É como voto.

  
Des. Jovaldo Nunes Gomes  
Relator